

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 5

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Éverton Nery Carneiro
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2020

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 5

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Éverton Nery Carneiro
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 5 [Recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Éverton Nery Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-051-3 DOI 10.22533/at.ed.513201805</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Catarino, Elisângela Maura. III. Carneiro, Éverton Nery.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, apresentamos a vocês mais um e-book e, em seus textos, várias possibilidades de reflexão e de uma relação dialógica da educação com os contextos sociais. Pensar e fazer educação no terceiro milênio é um grande desafio. Marcada por uma infinidade de acontecimentos, a educação é o maior observatório social, onde perpassa a complexidade e a diversidade do cotidiano. Organizado em dois eixos temáticos – Educação e seus liames, e Educação e suas tramas sociais – compreendendo 23 artigos, nasce o e-book ‘A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 5’.

Os diálogos promovidos no primeiro eixo temático levam a discussões em torno da “Multifuncionalidade do professor...; Educação ambiental...; O fazer docente e a busca da emancipação do aluno...; Gestão...; Instrumentalização na formação de professores...; Prática pedagógica...; Aprendizagem/experiência pedagógica...; Arte/Educação-Ensino Infantil...; Avaliação da Educação Básica...; Educação a distância para democratização do acesso a informação...;O sonhar e o lutar por uma Universidade Popular”. Todo esse aparato são amostras de discussões feitas em várias universidades do território brasileiro que, agora, socializamos com vocês, leitores.

O segundo eixo, traz 12 textos que estabelecem relações entre educação e as tramas sociais, articulando um conjunto interessantíssimo de ideias que perpassam a “Educação Superior em Goiás; Educação com imigrantes haitianos; Educação Corporativa; Educação não formal- ONGS e Movimentos Sociais; Educação Profissional; Escola sem fronteira; Ensino híbrido; Estratégias/discursos na reforma educacional mineira (1891-1906); Evasão no Ensino Técnico; Fundamentos interdisciplinaridade na BNCC e Identidade profissional”, todos fruto de investigações e produção de saberes, de pesquisadores brasileiros de áreas diversas. Para dar conta das discussões no eixo da política e das tramas sociais, organizamos esta obra com 23 textos, contendo debates férteis que nascem no cerne da educação. Com isso desejamos a todos uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Éverton Nery Carneiro

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO E SEUS LIAMES

CAPÍTULO 1	1
A “MULTIFUNCIONALIDADE” DO PROFESSOR DO AEE NA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	
Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos Íris Maria Ribeiro Porto	
DOI 10.22533/at.ed.5132018051	
CAPÍTULO 2	12
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS: RELATO DO PROJETO INTERSETORIAL GOTAS DE SABEDORIA	
Natália Zanetti Erika de Freitas Roldão Angela Maria da Costa Grandó Vânia Maria Vieira Sanches Miranda Felipe Augusto Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.5132018052	
CAPÍTULO 3	27
A FUNÇÃO DA DIDÁTICA CONTEMPORÂNEA NO FAZER DOCENTE, EM BUSCA DA EMANCIPAÇÃO DO ALUNO “REAL”	
Ieda Márcia Donati Linck Fabiane da Silva Verissimo Maria Aparecida Santana Camargo Rosane Rodrigues Felix	
DOI 10.22533/at.ed.5132018053	
CAPÍTULO 4	37
A GESTÃO DAS TRAMAS COTIDIANAS DO PROGRAMA MULHERES MIL, COMO POLÍTICA EDUCACIONAL	
Nilva Celestina do Carmo Maria das Dores Saraiva de Loreto Eduardo Simonini Lopes Fabiola Faria da Cruz Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.5132018054	
CAPÍTULO 5	48
A INSTRUMENTALIZAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O ECLIPSE DA FORMAÇÃO CULTURAL	
Ana Cristina da Silva Amado	
DOI 10.22533/at.ed.5132018055	
CAPÍTULO 6	61
A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE QUÍMICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Petronio Silva de Oliveira José Laécio de Moraes Francisco Evanildo Simão da Silva Josenilton Bernardo da Silva Maria Magnólia Batista Florêncio	

Raimundo Alves Cândido
Ulisses Costa de Oliveira
Abraão Lima Verde

DOI 10.22533/at.ed.5132018056

CAPÍTULO 7 73

APRENDIZAGEM EM NUCLEAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA A PARTIR DAS MÚLTIPLAS LINGUAGENS

Graciela Zachar Gómez
Caio Augusto de Lima Castro

DOI 10.22533/at.ed.5132018057

CAPÍTULO 8 80

ARTE/EDUCAÇÃO COM PRÉ-HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA TRIANGULAR NAS AULAS DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NO ENSINO INFANTIL

Daniel Henrique Alves de Castro
Roberta Puccetti

DOI 10.22533/at.ed.5132018058

CAPÍTULO 9 92

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESCOMPASSO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Maria Emília Gonzaga de Souza
Gabriel Santos Pereira
Martha Elisa Santos

DOI 10.22533/at.ed.5132018059

CAPÍTULO 10 100

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS DE CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Alexandre Carlo do Nascimento
Ronan da Silva Parreira Gaia
Fabio Scorsolini-Comin

DOI 10.22533/at.ed.51320180510

CAPÍTULO 11 115

DEMOCRATIZAR O ENSINO SUPERIOR E NÃO DEIXAR DE SONHAR: LUTAMOS POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR

Rafael Arenhaldt
Samara Ayres Moraes

DOI 10.22533/at.ed.51320180511

EDUCAÇÃO E SUAS TRAMAS SOCIAIS

CAPÍTULO 12 123

DOM EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA E A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GOIÁS (1923 - 1955)

Maximiliano Gonçalves da Costa

DOI 10.22533/at.ed.51320180512

CAPÍTULO 13	133
EDUCAÇÃO COM IMIGRANTES HAITIANOS: UMA EXPERIÊNCIA NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
Sandra Felício Roldão Sirlei de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.51320180513	
CAPÍTULO 14	148
EDUCAÇÃO CORPORATIVA: COMPETÊNCIA EM COMUNICAÇÃO	
Adriane Camargo Rezende Perdigão Roberto Kanaane	
DOI 10.22533/at.ed.51320180514	
CAPÍTULO 15	158
EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL - ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS: SONHO OU PESADELO? O DESAFIO DA EDUCAÇÃO NO TERCEIRO SETOR	
Gustavo Kosieniczuk Gomes Maria Ruth Sartori da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.51320180515	
CAPÍTULO 16	170
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E IDENTIDADE EMPREENDEDORA	
Simone Aparecida Torres de Souza Cunegundes Roberto Kanaane	
DOI 10.22533/at.ed.51320180516	
CAPÍTULO 17	182
EDUCAÇÃO: ESCOLA SEM FRONTEIRAS	
Jacqueline Alves de Oliveira Costa Farias Fábio Luiz da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.51320180517	
CAPÍTULO 18	188
ENSINANDO BIOLOGIA: HISTOLOGIA NA PERSPECTIVA DO ENSINO HÍBRIDO	
Joseane Maria Rachid Martins Mariana da Rocha Piemonte	
DOI 10.22533/at.ed.51320180518	
CAPÍTULO 19	199
ESTRATÉGIAS, IMAGENS E IMAGINÁRIOS ATUANTES NOS DISCURSOS POLÍTICOS REFORMISTAS EDUCACIONAIS EM MINAS GERAIS (1891-1906)	
Raphael Ribeiro Machado	
DOI 10.22533/at.ed.51320180519	
CAPÍTULO 20	215
EVASÃO NO ENSINO TÉCNICO: ESTUDO DE CASO	
Claudio Kubilius Roberto Kanaane	
DOI 10.22533/at.ed.51320180520	

CAPÍTULO 21	226
FUNDAMENTOS DA INTERDISCIPLINARIDADE NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UM ESTUDO SOBRE A ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	
Luíza Olívia Lacerda Ramos Nisângela Oliveira Santana	
DOI 10.22533/at.ed.51320180521	
CAPÍTULO 22	233
IDENTIDADE DOCENTE: TRANSFORMANDO PARA TRANSFORMAR	
Italo Francesco dos Santos Soares Ferreira Ângela Pereira Teixeira Victória Palma	
DOI 10.22533/at.ed.51320180522	
CAPÍTULO 23	244
UM ESTUDO SOBRE OS CONCEITOS E ABORDAGENS RELACIONADAS ÀS TICS NO CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO	
Carlos Adriano Martins Priscila Bernardo Martins	
DOI 10.22533/at.ed.51320180523	
SOBRE OS ORGANIZADORES	251
ÍNDICE REMISSIVO	252

A “MULTIFUNCIONALIDADE” DO PROFESSOR DO AEE NA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Data de aceite: 11/05/2020

Data de submissão: 14/04/2020

Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos

Universidade Estadual do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Educação, Mestrado Profissional em Educação
São Luís-MA

Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2676229827334575>

Íris Maria Ribeiro Porto

Universidade Estadual do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Educação, Mestrado Profissional em Educação
São Luís-MA

Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0451417833938873>

Artigo com adaptações publicado nos anais do X Encontro da Rede Estrado Brasil com o tema Autonomia do trabalho docente: caminhos para sua organização política-pedagógica ocorrido em Recife-PE nos dias 19, 20 e 21 de setembro de 2019.

RESUMO: O artigo tem como objetivo a análise da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 considerando os pressupostos implicados

na “multifuncionalidade” do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para o trabalho com os alunos público alvo da Educação Especial. O estudo foi realizado metodologicamente por meio de uma análise documental que teve como base o texto da Política Nacional de Educação Especial utilizando a Análise de Conteúdo de Bardin (2002). Discute-se ainda as atribuições do Professor do AEE no contexto de uma Educação Inclusiva pretendida pós delineamento da inclusão escolar nos contextos de ensino brasileiro. Os resultados da análise na respectiva Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva evidenciaram um discurso incongruente e descompassado, pois tem a pretensão de incultar funções diversas na prática do docente do atendimento especializado, conforme o perfil de alunos a receber o referido atendimento. Fato que permanece com véis mais assistencial do que pedagógico e com caráter fragmentado. Portanto, além da aquisição de uma “multifuncionalidade”, que não se restringe apenas a classificação do seu principal espaço de atuação, a Sala de Recursos Multifuncional, ainda paira as incompletudes e incertezas que demandam uma corrida por formação e, notadamente formações continuadas, algo que vem gerando uma divergência no processo de

inclusão e uma desregulação nas ações pedagógicas desenvolvidas nos espaços multifuncionais, isto é, nas Salas de Recursos.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento Educacional Especializado - AEE. Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

THE “MULTIFUNCTIONALITY” OF AEE TEACHER IN THE NATIONAL POLICY ON SPECIAL EDUCATION FROM THE INCLUSIVE PERSPECTIVE

ABSTRACT: The article aims to analyze the National Policy on Special Education from the perspective of Inclusive Education of 2008 considering the assumptions implied in the “multifunctionality” of the teacher of Specialized Educational Service (SES) for working with students targeting Special Education. The study was carried out methodologically by means of a documentary analysis that was based on the text of the National Policy on Special Education using Bardin’s Content Analysis (2002). It also discusses the attributions of the Teacher of the AEE in the context of an Inclusive Education intended after delineating school inclusion in the contexts of Brazilian teaching. The results of the analysis in the respective National Special Education Policy in the Inclusive Perspective evidenced an incongruous and unbalanced discourse, since it intends to inculcate diverse functions in the practice of the teacher of specialized care, according to the profile of students receiving such care. A fact that remains with more assistance than pedagogical viability and with a fragmented character. Therefore, in addition to the acquisition of a “multifunctionality”, which is not restricted only to the classification of its main operating space, the Multifunctional Resource Room, there is still the incompleteness and uncertainties that demand a race for training and, notably continued training, something which has generated a divergence in the inclusion process and a deregulation in the pedagogical actions developed in the multifunctional spaces, that is, in the Resource Rooms.

KEYWORDS: Specialized Educational Service - SES. National Policy on Special Education in the Inclusive Perspective. Special Education.

1 | INTRODUÇÃO

Ser professor, do ponto de vista social e histórico é analisado como condição para uma educação básica emancipatória e possibilidade de superação de crises, em demasia uma crise educacional que vem se intensificando nas últimas décadas. Visível como resultado da diminuição de investimentos públicos por norteamento das políticas neoliberais, que não têm possibilitado condições básicas para o exercício do trabalho docente (GATTI, 2013).

Na Educação Especial, modalidade de ensino transversal da Educação Básica ao Ensino Superior conforme expressa a Lei n. 9.394/1996, prescinde por um

profissional que atenda a contento as necessidades educacionais específicas em forma de Atendimento Educacional Especializado (AEE), alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação no contexto escolar.

Esse profissional é o professor do AEE, que segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 deve atuar no desenvolvimento de todos esses alunos de maneira complementar ou suplementar a escolarização do mesmo na rede regular de ensino.

Diante do exposto, uma questão foi determinante para a sua construção: o que o texto da respectiva política aborda a respeito das atribuições do professor do AEE? Assim sendo, este texto se propõe a analisar e discutir a “multifuncionalidade” implicados nas atribuições do Professor do AEE na trajetória da atual política de Educação Especial.

Para cada aluno público alvo devem ser desenvolvidas atividades, conforme as necessidades específicas e possibilidades de cada um. Assim, a busca por formação, particularmente a continuada é condição necessária para o professor do AEE atender essa demanda diversificada.

Nesse contexto, o presente estudo considera pertinente debater uma temática, geralmente silenciada nas instituições de ensino, tomando como eixo o que dispõe a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva que compreende inclusive os serviços e atividades a serem desenvolvidas por esses professores aos seus alunos.

O caminho metodológico percorrido para a construção deste texto consistiu em uma análise apurada no texto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva de 2008, utilizando a categorização de termos e sua compressão, a partir da Análise de Conteúdo de Bardin (2002). No entanto, como ressaltam André e Lüdke (2013, p. 49):

A categorização, por si mesma, não esgota a análise. É preciso que o pesquisador vá além, ultrapasse a mera descrição, buscando realmente acrescentar algo à discussão já existente sobre o assunto focalizado. Para isso ele terá que fazer um esforço de abstração, ultrapassando os dados, tentando estabelecer conexões e relações que possibilitem a proposição de novas explicações e interpretações.

Portanto, a contribuição de autores como Lessard (2016), Muller e Surel (2002) foram necessários para subsidiar as análises e escrita do texto em referência, por meio do entendimento do contexto social que nos singulariza e do aprofundamento sobre a especificidade da formação de professores para o AEE.

2 | O AEE PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi instituído para proporcionar um apoio aos alunos com deficiência e outras necessidades especiais para sua inclusão na rede regular de ensino, bem como acesso ao currículo escolar. Em se tratando de inclusão escolar, Noronha (2016, p. 126) explica que:

O paradigma da Inclusão reconhece em primeiro lugar a especificidade do sujeito e não a sua deficiência. Além disso, dá um passo à frente ao perceber que não se encontrará apenas no sujeito os rumos do seu processo de desenvolvimento, mas no contexto social onde ele está inserido.

Para tanto, em 2008 foi promulgado o Decreto n. 6.571, sendo anos depois revogado e substituído pelo Decreto n. 7.611/2011, que institui as diretrizes do AEE e reafirma o exposto pela Política Nacional de Educação Especial. Sendo assim, o respectivo Decreto expõe as ações do AEE nos artigos 2º e 3º do seu texto:

[...] serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço da Educação Especial reafirmando na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva de 2008, que prescinde de um profissional da educação com conhecimento especializado para atuar no desenvolvimento de ações e atividades para alunos com deficiência na escola.

Geralmente em espaços específicos como a Sala de Recursos Multifuncional compreendendo um “[...] espaço físico dotado de mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos para esse alunado” (BRASIL, 2009).

O profissional que atua neste atendimento é o professor do AEE, que necessita ter formação específica na área de atuação. A Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), determina o público alvo da Educação Especial e aponta a formação de professores para o AEE e demais profissionais da educação para a inclusão escolar. Por conseguinte, para atuar na Educação Especial com o AEE,

[...] o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação [...] deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade

das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. [...] deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, os atendimentos de saúde, a promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça (BRASIL, 2008, p. 17-18).

Nesse sentido, o documento assegura a necessidade do professor do AEE ter em sua formação geral conhecimentos da docência e específicos conexos às características dos alunos deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação.

O atendimento deve ser realizado no turno inverso ao que o aluno estuda, assim como serem desenvolvidas ações de natureza pedagógica relacionadas as necessidades e/ou potencialidades deste público, com o desígnio de possibilitar novos caminhos para sua aprendizagem e desenvolvimento funcional.

O Artigo 13 da Resolução n. 04/2009 determina as atribuições direcionadas a este docente tais como:

[...] I - identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II - elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III - organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV - acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V - estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI - orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII - ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII - estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009).

Mudanças efetivas na formação de professores no Brasil, no que se refere à inclusão de alunos com deficiência, precisam ser desencadeadas, no sentido de combater os problemas educacionais complexos (fracasso e evasão escolar e a deterioração da qualidade do ensino público).

Incluir alunos com deficiência no atual contexto compreendido como de

crescente precarização, não parte por si só com o circuito da exclusão. A proposta de inclusão não deve ser ajuizada de caráter desarticulado da luta pela melhoria e transformação da educação brasileira.

[...] Isso implica analisar o conceito da profissão docente, a situação de trabalho e a carreira docente, a situação atual das instituições educacionais (normativa, política e estrutural, entre outras), a situação atual da educação básica [...] uma análise do corpo docente atual e da situação da infância e da adolescência nas diversas etapas da escolaridade total da população em alguns países (IMBERNÓN, 2010, p. 9).

Desta maneira, a perspectiva da Educação Inclusiva para alunos com deficiência na rede regular de ensino, bem como o fomento não apenas ao seu desenvolvimento, mas a dos profissionais que nela atuarão ou já atuam, se constituem basilares para uma educação de qualidade, conforme predita o Plano Nacional de Educação (PNE) instituído pela Lei n. 13.005/2014 na Meta 04 ao propor:

[...] Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014).

Em suma, a formação docente é necessária, e no caso em destaque tanto a inicial quanto a continuada, pois para propor atividades e demais ações ao público alvo da Educação Especial devem ser postas para o futuro e já atuante professor a discussão e reflexão de quem é esse alunado, do que precisa, como agir entre outros pontos. Posto que, “[...] o processo de formação deve dotar os professores de conhecimentos, habilidades e atitudes para desenvolver profissionais reflexivos ou investigadores” (IMBERNÓN, 2011, p.41).

3 I A “MULTIFUNCIONALIDADE” DO PROFESSOR DO AEE NO TEXTO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

O entendimento do conceito de política é condição para a compreensão de seus reflexos na sociedade, pois “[...] este termo cobre, ao mesmo tempo, a esfera da política (*polity*), a atividade política (*politics*) e a ação pública (*politicies*)” (MULLER; SUREL, 2002, p. 11). O caráter polissêmico do termo política promoveu a reflexão devida na usualidade no contexto educacional.

Assim, o conceito a ser analisado parte da terceira acepção (*politicies*), pois entende-se como política pública a ação de intervenção do Estado nas questões sociais, dentre elas a educação. Diante disso Lessard (2016, p. 47) compreende que:

[...] o contexto internacional, as soluções preconizadas e extremamente valorizadas pelas grandes organizações internacionais no âmbito da governança, as vastas enquetes internacionais e a aplicação dos princípios da nova gestão pública e da lógica comercial no universo escolar influenciaram intensamente, portanto, as novas políticas de educação.

A vigente Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, datada de 7 de janeiro de 2008, expõe direcionamentos para a Educação Especial no Brasil e oferece alinhamentos às normativas e ações subsequentes. Tendo como base a respectiva Política Nacional, vários documentos se incumbiram de constituir e direcionar o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncional.

Após as devidas leituras e análises na Política Nacional de Educação Especial em texto foi apreciado que, os sentidos não são dados nos documentos, são produzidos; estão aquém e além das palavras que os compõem (BARDIN, 2002). Isto é, o contexto de sua elaboração e o próprio contexto de produção exprimem que esta Política em pauta teve por intenção produzir nova *práxis* por meio de um novo processo de formação do professor do Atendimento Educacional Especializado, frente ao tão fomentado discurso da inclusão escolar.

Sobretudo, nas imposições e influências que culminaram em acordos internacionais, tendo o Brasil signatário dos discursos neoliberais, para a penetração da onda capitalista pautada na eferescente globalização mundial. Diante disso, Ianni (2010, p. 70) frisa que “[...] o capital em geral, cada vez mais não só internacional mas propriamente global, passa a ser um parâmetro decisivo no modo pelo qual este mesmo capital se produz e reproduz.”

O texto da Política denota um entendimento de que a inclusão precisa acontecer. Fato que desconsidera a singularidade de cada aluno com deficiência, pois teoricamente este não é visto como uma demanda crescente e não tem perspectiva de avanços. Por isso prescinde de um profissional “multifuncional” para atendê-los com o apoio de outros especialistas.

O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do Soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros (BRASIL, 2008).

Para Lessard (2016 apud Ball, 2008) a educação carrega consigo o paradigma da eficácia. O empreendimento de políticas educacionais para tal ação se assenta necessária, mesmo que este segmento social sirva de laboratório para novas políticas recém formuladas.

As políticas nacionais inspiram-se, portanto, em um discurso e um conjunto de soluções genéricas globalizadas. Porém elas são igualmente improvisadas, pegando emprestado e copiando elementos de fora, baseando-se em práticas nacionais testadas e corrigidas, reagindo a pressões nacionais e canibalizando teorias, tendências e modas (LESSARD, 2016, p. 101-102 apud BALL, 2008).

Conforme aludido por Ball, de modo semelhante essa tendência ocorre no Brasil. A Política Nacional de Educação Especial, em sua primeira versão implementada no ano de 1994, e a vigente na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, trazem em seu texto a ideia de inclusão propagada mundo a fora, deixando até certo ponto de considerar as reais necessidades brasileiras no texto das políticas em referência, principalmente em definir o lugar do Professor do AEE, bem como na solidificação de uma formação inicial e, conseqüentemente continuada.

Mais de dez anos após a publicação da Política Nacional da Educação Especial, ainda é necessário entender, de fato, qual o lugar do professor do AEE no ensino. É antevisto o trabalho direto com o aluno no contraturno, o trabalho colaborativo para auxiliar as ações e a formação do professor da classe comum, além da elaboração de materiais específicos para uso dos alunos nas salas de aula, a orientação à família e a articulação com setores e profissionais fora da escola (PLETSCH, 2009).

As atribuições abrangem múltiplas ações organizativas e articuladoras dentro do espaço escolar e, possivelmente, fora dele. A preocupação está nas atividades do atendimento especializado, quanto à diminuição da atividade de ensino, bem como à omissão completa do trabalho com os conteúdos escolares. “Não podemos adentrar as questões da educação escolar e da formação de professores sem pensar na necessidade de uma filosofia educacional” (GATTI, 2013, p. 53).

As proposições para o trabalho docente no atendimento especializado em Sala de Recursos Multifuncional carregam em si uma descaracterização da atividade do professor, pois o ensino é secundarizado nas normativas que organizam o setor. Entre as responsabilidades do professor, constata-se dois espaços de atuação, com a existência da Sala de Recursos Multifuncional tipo 1 e da Sala de Recursos Multifuncional tipo 2 (DUTRA; SANTOS; GUEDES, 2010).

Cada espaço dispõe de materiais diferenciados, sendo que a segunda se destina, também, ao trabalho com alunos com deficiência visual e a primeira o trabalho com alunos das demais áreas que compõe o público alvo da Educação Especial.

Nessa lógica, esses contextos desenvolvem um ciclo ininterrupto produtor de políticas sempre sujeitas aos processos de (re) contextualização, os quais são fabricantes de discursos fundidos. Assim, os textos são (re) contextualizados nesses diversos contextos, determinando discursos ambíguos nas políticas educativas e, nomeadamente, nas políticas de formação de professores (BAUMAN, 1999).

De acordo Bueno (1999, 2001) o modelo inclusivo requereria a formação de dois tipos de professores. O primeiro denominado de generalistas, que seriam responsáveis pelas classes comuns de ensino e capacitados com um mínimo de conhecimento e prática sobre a diversidade do alunado.

O segundo tratam dos professores especialistas, habilitados em distintas deficiência e transtornos, além de serem responsáveis para apresentar o necessário suporte, orientação e capacitação aos professores do ensino regular tendendo à inclusão, ou para atuar inteiramente com alunos em classes especiais, salas de recurso, etc. (BUENO, 1999; 2001).

Desse modo, “[...] existem políticas que permanecem no âmbito da formulação e se inscrevem em uma lógica de legitimação, não implicando nenhuma ação concreta” (LESSARD, 2016, p. 49). Em síntese, no atual contexto de dinamicidade e complexidade vivido pelas políticas educacionais brasileiras torna-se imperioso o fortalecimento de ações direcionadas e condizentes com a demanda por formação docente.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa empreendida ao tratar da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva inclusiva na formação do professor do Atendimento Educacional Especializado apresenta um perspectiva ora pessimista e ora otimista diante do cenário político, econômico, cultural e social evidenciado no Brasil. Além disso, reflete que o viés inclusivo e formativo deve ser contemplado de forma mais acentuada e congruente para a compreensão da perspectiva da inclusão escolar. Faz-se necessário um repensar sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas para estes profissionais em seu cotidiano e, que insurjam ações inovadoras e críticas diante dos modelos politicamente corretos incultados em programas e ações formativas. Na legislação vigente existe uma centralidade no trabalho da Sala de Recursos Multifuncional e as novas exigências ao professor do AEE, a fim de instrumentalizá-lo para que consiga atender as várias atividades que exigem conhecimento específico. São distintas as ações que deve desempenhar dentro da cada área que compõe o alunado da Sala de Recursos, fato que o leva a uma “multifuncionalidade” pretendida na política, ocasionando nesse contexto a tendência desse profissional em focar apenas uma deficiência ou deficiências. O que acarretaria a negação da inclusão do aluno, o desprestígio e valorização do professor e a exclusão desse serviço, que foi concebido para apoiar a inclusão e não o contrário. Logo, situações como esta revelam o caráter contraditório das políticas educacionais brasileiras, que na onda neoliberal se efetivam sem a devida análise apurada e mesmo tão pouco refletem nos impactos para os principais sujeitos do processo educacional,

alunos e professores.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BRASIL. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 novembro de 2011.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: edição extra, Brasília, DF, 26 junho de 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 17, 5 de outubro de 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 07 janeiro de 2008.
- BUENO, J. G. S. A inclusão de alunos diferentes nas classes comuns do ensino regular. **Temas sobre Desenvolvimento**. São Paulo, v. 9, n. 54, p. 21-27, 2001.
- BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999.
- DUTRA, C. P.; SANTOS, M. C. D. dos; GUEDES, M. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2010.
- GATTI, B. A. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 50, p. 51-67, out./dez. 2013.
- IANNI, O. **Teorias da globalização**. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Tradução de Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- LESSARD, C. **Políticas educativas: a aplicação na prática**. Tradução de Stephania Matousek. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. 2 ed. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2013.
- MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Tradução Agemir Bavaresco e Alceu R. Ferraro. Pelotas, RS: EDUCAT, 2002.

NORONHA, G. C. de. **Da forma à ação inclusiva**: curso de formação de professores para atuar em Salas de Recursos Multifuncionais. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar**, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono Escolar 215, 216, 217, 225

Ações Afirmativas 115, 116, 117, 118, 119, 122

Aprendizagem 5, 18, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 40, 43, 62, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 83, 90, 91, 93, 96, 97, 99, 101, 102, 106, 107, 109, 112, 133, 135, 138, 140, 142, 147, 151, 154, 156, 168, 183, 185, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 201, 228, 231, 233, 235, 237, 239, 242, 244, 245, 247, 248, 249, 250

Arte 28, 29, 71, 73, 74, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 91, 168, 183, 249, 251

Atendimento Educacional Especializado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 248

Aula prática 188, 191, 194, 196

Avaliação 17, 33, 47, 59, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 109, 113, 118, 142, 151, 168, 177, 180, 185, 192, 197, 225

B

BNCC 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 247, 249

C

Competência 36, 109, 148, 149, 150, 152, 155, 156, 157, 160, 166, 201, 206, 211, 213

Cotidiano 9, 38, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 81, 83, 84, 85, 110, 142, 150, 155, 241

Cultura política 199, 200, 201, 202, 213

D

Didática 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 77, 109, 242

Direitos humanos 133, 135, 136, 146, 147, 160

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 23, 24, 25, 27, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 225, 227, 228, 229, 232, 233, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 245, 246, 248, 249, 250, 251

Educação a Distância 100, 101, 107, 109, 112, 113, 114
Educação Ambiental 12, 14, 24, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72
Educação Básica 9, 2, 6, 10, 19, 40, 84, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 108, 117, 137, 139, 140, 170, 179, 185, 225, 227, 229, 232, 246, 249, 250
Educação Corporativa 148, 150, 151, 152, 155, 156, 157
Educação não formal 158, 160, 166
Educação Profissional 40, 46, 47, 157, 170, 171, 172, 175, 176, 178, 179, 200, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 225
Ensino Técnico 40, 170, 172, 215, 217
Extensão popular 116, 117

F

Formação cultural 48, 50, 51, 52, 54, 55, 58, 59
Formação de professores 3, 4, 5, 8, 10, 11, 36, 48, 49, 50, 51, 56, 57, 58, 59, 60, 227, 229, 232, 234, 236, 237, 238, 242, 251
Formação Profissional 100, 101, 102, 172, 202, 235, 238, 246

G

Gestores 12, 13, 14, 15, 16, 17, 22, 23, 24, 38, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 110, 111, 112, 114, 154, 162, 169

H

Histologia 188, 189, 190, 192
História da Educação 72, 200

I

Identidade 54, 76, 161, 166, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 248
Identidade Profissional 233, 241, 242
Interação 27, 30, 32, 33, 34, 36, 40, 63, 64, 69, 70, 81, 109, 133, 135, 140, 142, 162, 175, 185, 226, 231, 232
Interdisciplinaridade 62, 63, 64, 69, 71, 75, 226, 228, 229, 231, 232
Interiorização 53, 124

M

Modernização 106, 107, 124, 164
Multidisciplinaridade 13

P

Pensamento Complexo 73, 74, 228, 232

Política 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 24, 37, 38, 39, 40, 45, 46, 47, 59, 65, 66, 83, 99, 105, 106, 112, 113, 118, 124, 125, 130, 134, 136, 158, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 169, 181, 184, 199, 200, 201, 202, 205, 211, 213, 219, 225, 241

Política Pública 6, 37, 38, 45, 47

S

Sensibilização 12, 13, 16, 17, 63, 71, 146

 **Atena**
Editora

2 0 2 0